

## CRÍTICA A ABORDAGEM FUNCIONALISTA NA ANÁLISE ORGANIZACIONAL

GARRIDO, Giovanna<sup>5</sup>

SALTORATO, Patrícia<sup>6</sup>

### Resumo

Ao se analisar o campo dos estudos organizacionais, percebe-se que apesar da tradição delineada pela psicologia organizacional, o debate acerca dos fenômenos organizacionais mantém-se centrado nas filosofias científicas comprometidas com os ideais objetivistas. Considerando esta hegemonia nas análises organizacionais (e a importância de redirecionar o olhar sobre as mesmas) este estudo de cunho bibliográfico visa explorar o escopo analítico dos paradigmas sociológicos de Burrell; Morgan (1979) apresentando as filosofias que os delineiam. Complementarmente, buscou-se tecer uma crítica à ortodoxia objetivista contextualizando as bases nas quais repousam as análises dominantes no campo dos estudos organizacionais, explicitando a parcialidade das mesmas e a forma como o desconhecimento da diversidade paradigmática tem limitado o desenvolvimento dos estudos organizacionais em seus mais agudos termos. Os resultados destacam a necessidade de adoção de metodologias ideográficas de pesquisa, considerando que só seja possível compreender o mundo social enfatizando também as abordagens subjetivas que marcam a realidade organizacional.

**Palavras-chave:** Paradigmas sociológicos; análise organizacional; abordagem objetivista.

---

<sup>5</sup>Mestre em Engenharia de Produção UFSCar – *campus* Sorocaba Pesquisadora do Grupo de Apoio à Inovação e Aprendizagem Organizacional (GAIA) – CTI/Campinas Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

<sup>6</sup> Doutora em Engenharia de Produção UFSCar – *campus* São Carlos Mestre em Engenharia de Produção – USP *campus* São Carlos Bacharel em Engenharia Civil – Unesp *campus* Guaratinguetá Pesquisadora do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI – UFSCar *campus* São Carlos) Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Inovação e Transferência Tecnológica (GEPITEC – UFSCar *campus* Sorocaba)

## 1 Introdução

Muito se é debatido a respeito da diversidade de pensamentos que permeia a realidade científica. Para todos os ramos da ciência existe uma infinidade de alternativas de teorização e pesquisa que acabam por gerar enormes debates na literatura.

Intuídos em resolver este dilema, Burrell; Morgan (1979) se dispuseram a debater sobre a teoria social em geral e a teoria das organizações em particular em meio a um contexto sociológico mais amplo, concebido em termos de quatro paradigmas que se portam como agrupamentos de visões da realidade social, sendo estes o Funcionalista, o Interpretativo, o Humanista-Radical e o Estruturalista-Radical (BURRELL; MORGAN, 1979).

Sabe-se que, quando propuseram o desenvolvimento do modelo de categorização paradigmática, Burrell; Morgan (1979) modelaram perspectivas científicas voltadas à subjetividade e à objetividade, atribuindo ênfase na possibilidade de essas diferentes perspectivas serem utilizadas para a análise de uma vasta gama de teorias sociais e, inclusive, para análise dos fatos e dos fenômenos organizacionais. Com isso, foi constituído um ferramental poderoso para a teoria das organizações (BURRELL; MORGAN, 1979), uma arena onde o dualismo de subjetividades e objetividades assume contornos agressivos.

Todavia, ao analisar-se as bases deste campo, as perspectivas objetivistas sempre alcançaram predominância no desenvolver das pesquisas (PECI, 2003), a ponto de constituírem a "ortodoxia" na pesquisa científica da área organizacional (VERGARA; CALDAS, 2005). Por consequência, o debate acerca das organizações e dos fenômenos organizacionais expressa um extenso comprometimento com os ideais racionais dominantes nas fronteiras do campo dos estudos organizacionais; as explicações para fatos e fenômenos organizacionais são advindas, principalmente, de um mesmo conjunto de pressuposições metateóricas,

Sendo assim, a incapacidade de promover um afastamento da visão de mundo tradicional, visto a sua contínua afirmação e reafirmação, faz com que ela assuma um status ainda mais real, mais corriqueiro e mais inquestionável, restringindo a análise organizacional nos mais agudos termos e limitando-a em uma base científica cujas perspectivas metateóricas são fundamentadas de forma estreita e superficial (BURRELL; MORGAN, 1979). Com a atenção voltada àquilo que é diretamente observável, as análises dos fenômenos organizacionais são submergidas em meio a uma objetividade excessiva que desconsidera qualquer teor que, de certa forma, submeta-as a uma visão mais subjetiva dos fatos.

Assim, considerando a hegemonia exercida pela abordagem objetivista no campo dos estudos organizacionais (CALDAS; FACHIN, 2005) e a necessidade de uma visão científica mais liberta da razão, este estudo tem como objetivo explorar o escopo analítico dos paradigmas sociológicos de Burrell; Morgan (1979) na análise organizacional com o intuito de tecer uma crítica relativa a ortodoxia objetivista que permeia o campo dos estudos organizacionais.

Para tanto, o estudo primeiramente revisita os paradigmas sociológicos de Burrell; Morgan (1979), buscando explicitar, de forma mais didática, a conceituação de termos e filosofias que delineiam cada uma das dimensões paradigmáticas propostas ao estudo das organizações. Subjacente a esta revisitação, são contextualizadas as bases nas quais repousam os modelos de análises imperantes no campo dos estudos organizacionais, deixando explícita a motivação da pesquisa em ressaltar a fragilidade e a parcialidade das análises dominantes e a forma como o desconhecimento da diversidade paradigmática tem aprisionado e limitado o desenvolvimento dos estudos organizacionais.

## 2. As Metateorias dos paradigmas e as diferentes dimensões de análise

A base sociológica do modelo de categorização paradigmática proposta por Burrell; Morgan (1979) é fundamentada na sobreposição dos conjuntos de pressuposições metateóricas acerca da natureza da ciência social, a dimensão subjetiva-objetiva; e da natureza da sociedade, a dimensão regulação-mudança radical. Os pressupostos metateóricos respectivos a cada uma das dimensões são listados na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Pressuposições metateóricas da natureza da ciência e da sociedade

Dimensão Subjetiva-Objetiva	Dimensão Regulação-Mudança Radical
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ontologia</li> <li>▪ Epistemologia</li> <li>▪ Natureza Humana</li> <li>▪ Metodologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sociologia da Regulação</li> <li>▪ Sociologia da Mudança Radical</li> </ul>

Fonte: Autores

Antes de analisar os pressupostos acima individualmente, vale enfatizar que cada um dos conjuntos de pressuposições representa um eixo do modelo de categorização proposto por Burrell; Morgan (1979) que, quando sobrepostos, delimitam os quatro quadrantes paradigmáticos e seus respectivos vieses de desenvolvimento científico.

## 2.1 Dimensão Subjetiva-Objetiva

As metateorias listadas na Figura 1, concernentes à dimensão subjetiva-objetiva resumem-se em quatro pressuposições sobre a natureza da ciência: a ontológica, a epistemológica, a natureza humana e a metodológica. A Figura 2 explicita em que se fundamenta cada uma destas pressuposições.

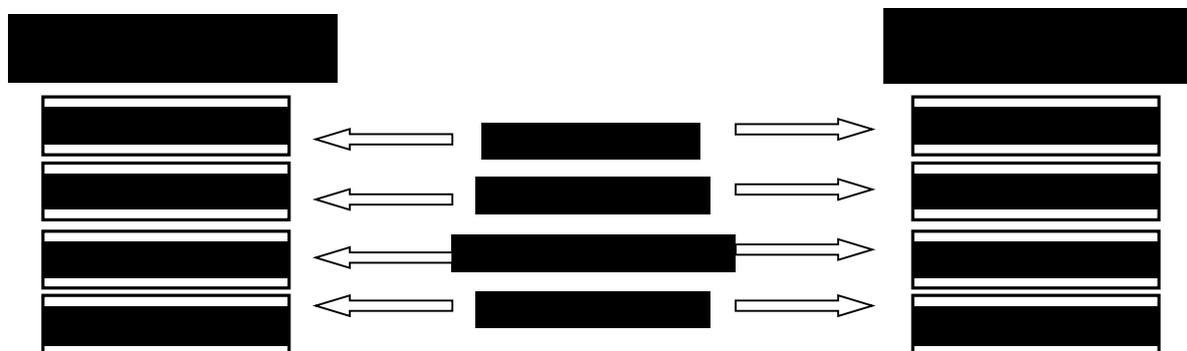
Figura 2: Fundamentação das pressuposições metateóricas da dimensão subjetiva-objetiva:

Ontológicas	Epistemológicas	Natureza Humana	Metodologia
Relativa à essência do fenômeno estudado	Relativa à forma de obtenção do conhecimento sobre o fenômeno estudado	Relativa à relação entre o ser humano e o ambiente	Relativa à forma de condução da pesquisa

Fonte: Autores

Cada uma das pressuposições acima aborda a natureza da ciência por meio de um viés próprio, motivo pelo qual Burrell; Morgan (1979) enfatizam que a ciência social deve ser conceituada assumindo-as como base. Tendo em vista a elevada relevância conferida à dimensão analítica subjetiva-objetiva, inclusive sua consideração como a principal dimensão do modelo de Burrell; Morgan (1979), as quatro pressuposições explicitadas acima têm atraído muita discussão na literatura no que se refere à utilização das mesmas para abordagens explícitas ou implícitas dos fenômenos investigados. Como consequência, cada uma destas pressuposições suscita um debate que opõe duas formas diferentes de abordar a natureza da ciência social, delineando o dualismo entre a ciência subjetiva e a ciência objetiva, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3 – Sistematização do debate entre as abordagens subjetivas e objetivas da ciência



Fonte: Adaptado de Burrell & Morgan (1979, p.3).

Considerando o debate ontológico, grande é o montante das controvérsias e das discussões na literatura em relação à verdadeira essência do fenômeno a ser investigado; se o mesmo é um dado do mundo ou produto da mente de um dado pesquisador. A vertente Realista do debate percebe o mundo como uma entidade real e tangível, como algo externo à cognição individual, cuja existência independe da presença do indivíduo. Nascido e incorporado por essa entidade com existência própria, não há nada na realidade estudada passível de *ser criado*, tudo já é determinado, concreto e imutável (BURRELL; MORGAN, 1979). Assumindo um caráter mais subjetivo, a vertente Nominalista defende que o mundo social não existe independentemente do indivíduo. Aliás, externo a ele, nada existe (SARTRE, 1966). Ou seja, tudo é fruto da sua própria imaginação (SILVA, 2010) e de sua própria experiência (Sartre, 1966). Aquilo que for externo à cognição individual consistirá somente em nomes e conceitos que permitem ao indivíduo utilizá-los para a estruturação da realidade que porventura construa.

Já, por meio do debate epistemológico busca-se discutir sobre o campo do conhecimento científico acerca da realidade social, visto que, conforme ressaltam Morgan; Smircich (1980), as diferentes visões de mundo implicam em diferentes naturezas de conhecimento. Assim, vale ressaltar que cada implicação epistemológica (Positivista ou Antipositivista) é determinada por um conjunto particular de pressupostos da filosofia ontológica da ciência. Deste modo, as diferentes ênfases da epistemologia seguem as mudanças graduais das abordagens ontológicas (BURRELL; MORGAN, 1979; MORGAN; SMIRCICH, 1980).

Dito isso, o Positivismo e o Antipositivismo se defrontam, respectivamente, na determinação do conhecimento como algo rígido, real e que pode ser adquirido e transmitido de forma tangível ou como algo mais intangível, mais espiritual, mais subjetivo, cuja base está na experiência pessoal daquele que o possui. Isto é, enquanto os pressupostos Positivistas, ligados à visão ontológica Realista, defendem a possibilidade de mensuração da realidade (SILVA, 2010) e a importância de se compreender os fenômenos sociais somente pelo estudo das regularidades e do relacionamento de causa e efeito entre os seus elementos constituintes; os ideais Antipositivistas, ligados à visão Nominalista, ignoram a menção do conhecimento pelo mero testar das hipóteses e pressupõem que só é possível entender os elementos sociais do ponto de vista do participante e não como mero observador de fatos. Ou seja, para o Antipositivismo, o mundo só é entendido do ponto de vista daqueles que estão diretamente envolvidos com os fenômenos estudados (BURRELL; MORGAN, 1979).

Assim, a vertente Antipositivista, rejeita a caracterização da ciência como mera produtora de conhecimento objetivo; devido sua carga de subjetividade, o conhecimento é visto como algo único e de natureza essencialmente pessoal e não como um fenômeno mensurado em termos de fatos sociais (MORGAN; SMIRCICH, 1980; SILVA, 2010).

No debate referente à natureza humana, ressalta-se a questão do relacionamento entre o indivíduo e o ambiente que o circunda. A vertente Determinista considera que o comportamento e as experiências individuais são condicionados às circunstâncias externas, ou seja, são determinados pela situação, são produtos do ambiente. Isso ocorre a tal ponto que, na busca por informações, alguns parâmetros já são consolidados e pré-definidos (SILVA, 2010).

Porém, ao focar estritamente na primazia do ambiente e em sua capacidade de exercer domínio no indivíduo, tal visão menospreza incorretamente o papel do Voluntarismo (ASTLEY; VAN de VEN, 1983). No extremo Voluntarista, o indivíduo adquire uma natureza mais autônoma e independente. Segundo ele, o indivíduo não atua segundo padrões previamente determinados pelo ambiente, mas ele mesmo é o criador dele, o qual passa a ser visto como uma extensão do próprio ser (BURRELL; MORGAN, 1979).

ASTLEY; VAN de VEN (1983) argumentam que, na vertente Voluntarista, tanto o indivíduo quanto as realidades criadas por ele constituem-se como agentes que se autodirigem. É por este motivo que, ao realizar estudos sociais e organizacionais, torna-se essencial a consideração da figura individual como unidade básica de análise, visto que não é a ação individual que deriva do sistema social, mas é este que deriva da ação individual. Deste modo, segundo Ilgen; Klein (1988), as representações internas e subjetivas, a interpretação da situação e as estratégias cognitivas adotadas pelos indivíduos devem ser amplamente consideradas.

Por fim, o debate metodológico sofre implicações das três suposições supracitadas. Cada qual possui uma metodologia própria de investigar e obter conhecimento do mundo social. A metodologia Nomotética consiste no caráter hipotético da pesquisa, enfatizando a importância da sistematização, da técnica, da análise de medidas, das leis e da estatística (SILVA, 2010). Ou seja, é um tipo de pesquisa objetiva que se esforça na busca por princípios abstratos e universais. Tal metodologia contrasta à metodologia Ideográfica, a qual, por sua vez, é aquela que enaltece o caráter mais subjetivo da pesquisa e visa explorar o sujeito mais de perto, se esforçando para compreender, em unicidade, tudo aquilo que assume uma natureza contingente e acidental (LIMA, 2011).

Assim, pelo fato das pressuposições metateóricas constantes nesta dimensão modelarem uma perspectiva analítica da ciência voltada à subjetividade e outra à objetividade, a consideração destas consiste em um ferramental poderoso para a análise da teoria social.

Além disso, sobre estas pressuposições repousa a teoria das organizações (BURRELL; MORGAN, 1979), uma arena onde o dualismo de subjetividades e objetividades pode assumir contornos agressivos.

## **2.2 Dimensão regulação-mudança radical**

A dimensão da regulação-mudança radical por sua vez, traz consigo a contraposição entre duas correntes sociológicas acerca da natureza da sociedade. Para a compreensão de ambas as correntes foram inúmeras as tentativas de delineamento das diferenças entre elas, visando compreender os motivos que levam os teóricos a adotá-las (BURRELL; MORGAN, 1979). Em méritos classificatórios, a "sociologia da regulação" consiste em uma corrente científica que abrange os estudos que buscam analisar a sociedade considerando-a como uma entidade de ordem e coesividade. Nela, a principal preocupação dos teóricos é entender a forma como a unidade social é mantida e se reproduz. Sendo assim, são frequentes nesta corrente sociológica os debates acerca do *status quo*, da ordem social, entre outros assuntos envoltos pelo ideal da regulação do social (BURRELL; MORGAN, 1979).

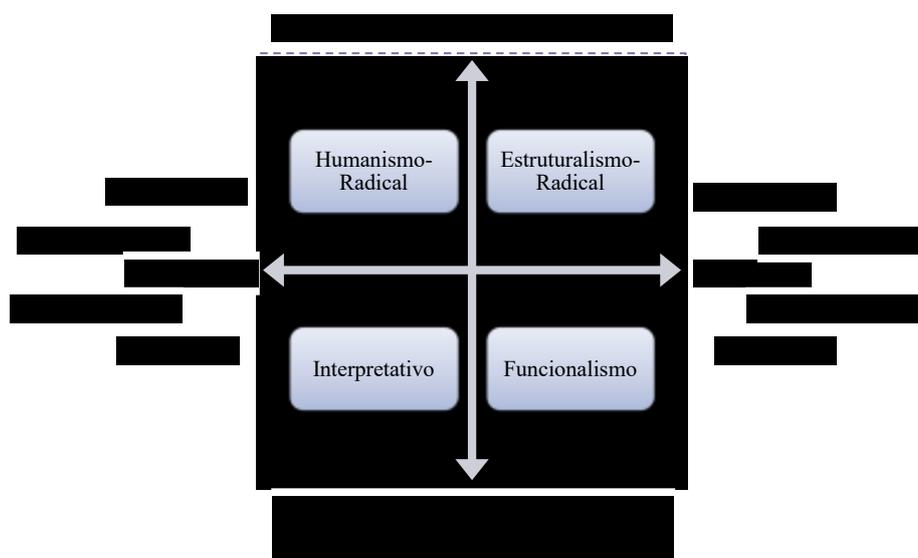
A "sociologia da mudança radical", por sua vez, apresenta-se como uma corrente extremamente contrária à regulação, na qual a preocupação com a ordem é substituída pela necessidade unânime de se encontrar explicações para a mudança radical, aos modos de dominação, enfim, para os assuntos que levantam inquirimentos acerca da condição humana, tanto no âmbito material quanto no âmbito psíquico (BURRELL; MORGAN, 1979).

Sendo assim, o resultado das tentativas de delineamento de ambas as correntes foi a consideração de que o fato do teórico referenciar e se basear em uma destas pressuposições tende a ser reflexo do tipo do estudo que ele realiza. Ou seja, são as perspectivas, os temas, as questões que estão sendo tratadas e até mesmo a visão particular que se tem em relação ao que é investigado que faz com que determinada pesquisa se volte à "sociologia da regulação" ou à "sociologia da mudança radical" e seja inserida no quadrante paradigmático respectivo a cada uma destas abordagens de sociedade (BURRELL; MORGAN, 1979).

### 3. A delimitação dos quatro quadrantes paradigmáticos

Uma vez estabelecidos e identificados os pressupostos de cada uma das dimensões analíticas de Burrell; Morgan (1979), ao promover a sobreposição entre eles, define-se coerentemente os contornos dos quatro paradigmas sociológicos utilizados para a análise de uma extensa gama de teorias sociais. O relacionamento entre tais paradigmas é ilustrado na Figura 4 junto às pressuposições metateóricas que os definem considerando as abordagens acerca da natureza da ciência e da natureza da sociedade.

Figura 4 - Modelo de categorização paradigmática



Como se pode notar, posicionados distintivamente entre as duas dimensões analíticas, cada um dos paradigmas apresenta filosofias sociológicas próprias que os fazem distintos entre si. Embora compartilhem características com seus vizinhos horizontais e verticais em termos dimensionais, eles se diferem em outras. Isto é, são vertentes contínuas, porém separadas (BURRELL; MORGAN, 1979). Deste modo, é possível considerá-los como realidades científicas alternativas. Cada um destes quadrantes define perspectivas díspares para a análise dos fenômenos no que se refere às abordagens, aos conceitos e às próprias ferramentas analíticas que empregam para tal.

Guardadas as convergências entre um e outro em termos da posição que assumem entre as duas dimensões sobrepostas, a natureza substantiva de cada um dos paradigmas sociológicos explícitos acima difere entre si. Além de serem distintos dos demais pelas pressuposições metateóricas que os delineiam, cada um dos quadrantes paradigmáticos constitui-se como arena de variação destas pressuposições.

Antes mesmo de discutir as principais diferenças entre eles, vale esclarecer a pretensão de Burrell; Morgan (1979) ao referirem a estes quadrantes como "paradigmas". O termo "paradigma" é utilizado para enfatizar o que é comum entre as perspectivas delimitadoras dos trabalhos de um grupo de teóricos que aborda as teorias sociais dentro dos contornos da mesma problemática (BURRELL; MORGAN, 1979). Assim, ele se comporta como uma dimensão teórica em cujo interior se formulam hipóteses e se estabelecem pressuposições como princípios explicativos nas discussões em prol de sua própria defesa (SILVA, 2010). No entanto, ao considerar cada uma das vertentes sociológicas como "paradigmas", não significa dizer que elas consistem em completas unidades de pensamento.

Mesmo que circundados por fronteiras que os separam daqueles localizados em outros quadrantes, os teóricos assumem posturas diferentes e debatem entre si dentro de um mesmo paradigma (BURRELL; MORGAN, 1979). Assim, não se pode dizer que o termo "paradigma" represente uma vertente sociológica que guarda consigo uma unanimidade de pensamento, mas sim, uma unanimidade em termos de pressuposições básicas que separam, de maneira fundamental, os teóricos adeptos a elas daqueles adeptos as outras pressuposições características de outro paradigma (BURRELL; MORGAN, 1979).

Deste modo, analisar os fatos e fenômenos segundo uma destas dimensões paradigmáticas é o mesmo que analisá-los segundo um conjunto básico de pressuposições típicas da posição assumida pelo paradigma em meio à dimensão subjetiva-objetiva e à dimensão regulação-mudança radical.

### **3.1 O Paradigma Funcionalista**

O paradigma funcionalista representa uma perspectiva sociológica delineada em meio à corrente sociológica da regulação que assume um ponto de vista objetivista para a análise dos fenômenos sociais. Baseado na pressuposição de que a sociedade desfruta de uma existência real e concreta, o paradigma funcionalista a considera como possuidora de um caráter sistêmico que se orienta ao estado regulado e ordenado das coisas (MORGAN, 1980).

Seu esforço é característico de certa preocupação em fornecer explicações para assuntos como *status quo*, ordem social, consenso, entre outros referentes a uma sociologia de regulação de mais alta ordem (BURRELL; MORGAN, 1979).

Referindo-se à forma como abordam a ciência, pode-se considerar que todas as abordagens funcionalistas partem de um princípio realista, positivista, determinista e nomotético. Para os teóricos desta vertente sociológica, o mundo assume uma existência

independente dos indivíduos. Deste modo, procura-se compreendê-lo buscando por regularidades e relacionamentos de causa-efeito entre os elementos constituintes (BURRELL; MORGAN, 1979). Consequente a essa visão realista e positivista, o papel atribuído ao indivíduo na sociedade é determinístico. O comportamento humano é visto como algo contextualmente atado a um mundo real no qual os relacionamentos são concretos e tangíveis. Assuntos sociais são tratados por meio de explicações extremamente racionais e nenhuma atenção é direcionada aos indivíduos e ao realizar de seus papéis (BURRELL; MORGAN, 1979; MORGAN, 1980).

Em suma, pode-se considerar que os pressupostos funcionalistas estimulam uma crença na possibilidade de existir uma ciência social objetivista que não guarda consigo conotações de valor. Isto é, o funcionalismo, por meio do rigor e da técnica do método científico, defende um realizar da ciência que permite o cientista se distanciar da cena que analisa. Sua intenção se resume apenas na necessidade de analisar a sociedade de maneira que permita o teste de hipóteses e a produção de conhecimento empírico útil (BURRELL; MORGAN, 1979; MORGAN, 1980).

### **3.2 O Paradigma Interpretativo**

Como se observa na Figura 4, o paradigma funcionalista e o paradigma interpretativo adotam abordagens consonantes à corrente sociológica da regulação. Porém, é possível considerar que a abordagem subjetivista do paradigma interpretativo faz da sua relação com esta sociologia algo mais implícito do que explícito. Isto é, mesmo tendo como base a pressuposição e a crença de que existe certa ordem no mundo social, o teórico interpretativo considera os esforços funcionalistas de estabelecer uma ciência objetiva do social como um fim inatingível (MORGAN, 1980).

Sendo assim, guardadas as convergências de ambos os paradigmas na dimensão regulação-mudança radical, os ideais interpretativistas contrapõem-se aos funcionalistas pelo fato do paradigma interpretativo estar centrado no entendimento da natureza do mundo social por meio de uma experiência de nível subjetivo. Morgan (1980) afirma que, para os interpretativistas, o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa. Deste modo, o que se passa por realidade social não existe em um sentido concreto, mas constitui-se como um produto da subjetividade de alguém. Deste modo, pode-se dizer que os ideais interpretativos veem o mundo social como um processo social emergente criado pelos

próprios indivíduos. De acordo com essa visão, só é possível entender a sociedade considerando o ponto de vista do participante em ação e não do mero observador. A preocupação dos teóricos está em compreender esse processo e a forma como as realidades compartilhadas surgem, se sustentam e sofrem modificações (MORGAN, 1980).

Em suma, assumindo uma perspectiva nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfica, o paradigma interpretativo busca entender a verdadeira base e a fonte de toda a realidade social. Para tal, considera-se ser necessário mergulhar no profundo da subjetividade e da consciência humana, pois somente assim é possível entender os contornos, os ideais, enfim, os princípios de cada fenômeno social.

### **3.3 O Paradigma Humanista-Radical**

O paradigma humanista-radical é definido pela sua inclinação à corrente da sociologia da mudança-radical a partir de um ponto de vista subjetivo (BURRELL; MORGAN, 1979). Guardando similaridades com o paradigma interpretativo e encarando o mundo social por meio de perspectivas que tendem a ser nominalistas, antipositivistas, voluntaristas e ideográficas, os ideais humanistas também atribuem ênfase a forma como a realidade é socialmente criada e sustentada (MORGAN, 1980). No entanto, as análises envoltas pelos ideais deste paradigma são vinculadas ao interesse em considerar e descrever as coisas como patologias da própria consciência individual. Uma das noções básicas que delineia a extensão paradigmática humanista é que a consciência individual é dominada por superestruturas ideológicas com as quais os indivíduos interagem. São estas superestruturas que fazem com que estes indivíduos se aprisionem dentro das fronteiras do mundo que eles próprios criam e sustentam (BURRELL; MORGAN, 1979; MORGAN, 1980).

Assim sendo, pode-se considerar que, para o paradigma humanista, o processo de construção da realidade é influenciado por forças psíquicas e sociais que restringem e controlam as mentes dos indivíduos a ponto de aliená-los em relação às suas próprias potencialidades como seres humanos (MORGAN, 1980).

Como se pode notar, a perspectiva humanista atribui grande ênfase à consciência humana e se interessa pela descoberta da forma como as ações humanas podem ser vistas como meios de transcender a alienação (BURRELL; MORGAN, 1979). Deste modo, como no paradigma interpretativo, a promoção de uma análise partindo deste viés paradigmático só é possível adentrando ao mais profundo da subjetividade humana.

### 3.4 O Paradigma Estruturalista-Radical

Embora se fundamente em uma abordagem da ciência que guarda muitas similaridades com os ideais funcionalistas em termos ontológicos, epistemológicos, da natureza humana e da metodologia, o paradigma estruturalista-radical se dirige a fins diferenciados. Assim como os ideais humanistas, as perspectivas deste paradigma são solidificadas em uma visão de sociedade como algo potencialmente dominador (MORGAN, 1980). No entanto, elas se divergem aos ideais humanistas pelo fato de verem o mundo social não como resultado das patologias da consciência individual, mas como algo que é definido por estruturas sólidas e concretas que independem da existência individual.

Sendo assim, assumindo uma existência que se consolida independente da forma como é percebida e reafirmada pelas ações humanas do dia-a-dia, a realidade, segundo os padrões estruturalistas, é caracterizada por tensões e contradições que, inevitavelmente, ferem a ordem e geram mudanças no sistema como um todo. Deste modo, os teóricos deste paradigma são circundados pelo interesse em compreender estas tensões e prover explicações aos inter-relacionamentos básicos dentro do contexto das formações sociais. Isto é, a ênfase estruturalista repousa na importância de transcender a dominação (BURRELL; MORGAN, 1979; MORGAN, 1980).

### 4. A parcialidade das análises organizacionais predominantes

Ao analisar-se as bases do campo dos estudos organizacionais, embora exista uma longa tradição delineada pela psicologia organizacional, é notório que as perspectivas teóricas de cunho subjetivista ainda são perspectivas de pouca presença nas análises do espaço organizacional. A busca nos principais índices sobre Comportamento Organizacional e Teoria das Organizações, que, aliás, configuram como a grande bifurcação nos estudos organizacionais (BASTOS; BORGES-ANDRADE, 2009), revela poucas chamadas, quando existem, sobre aspectos de análise que incluem as emoções, os sentimentos e as interioridades dos indivíduos. Isso transparece o *status* da concepção dos estudos organizacionais (FINEMAN, 2009) e demonstra que as perspectivas objetivistas alcançam predominância no desenvolver dos estudos (PECI, 2003), a ponto de constituírem a "ortodoxia" na pesquisa científica da área organizacional (VERGARA; CALDAS, 2005).

Segundo este cunho analítico, o fato do mundo social assumir uma natureza ontológica realista e aparecer como algo concreto e imutável, como uma realidade objetiva externa à cognição individual, coube sempre à ciência buscar leis universais capazes de explicar e governar esta realidade observada e também identificar e definir todos os seus elementos e a forma com que o relacionamento entre eles é expresso (BURRELL; MORGAN, 1979).

Sendo assim, durante o processo de consolidação dos estudos organizacionais e estendendo-se por muito tempo, reinavam, soberanamente, os postulados metodológicos do quadro teórico positivista e a teoria geral dos modelos funcionalistas (MOZZATO; GRZYSGOVSKY, 2011; PRATES; RODRIGUES, 2009). Como um conceito descritivo usado na caracterização das epistemologias de pesquisa, o debate positivista defende essa possibilidade de explicar e prever os acontecimentos do mundo social por meio da análise das regularidades e dos relacionamentos causais entre os elementos que o constituem. Ou seja, é uma essência de pesquisa que tem como base as abordagens tradicionais dominantes e o conhecimento acumulado resultante destas (BURRELL; MORGAN, 1979).

Lima (2011) afirma que a visão positivista assume a existência de um mundo, ou uma realidade social objetiva, que pode ser representado, com maior ou menor presteza, por meio da utilização de métodos científicos capazes de mensurar e descrever suas propriedades de forma independente daquele que o observa e dos instrumentos que utiliza. Isto é, os pressupostos positivistas visam, costumeiramente, fazer dos estudos um teste de teorias já estabelecidas cujos dados são coligidos e processados objetivamente de forma a aumentar a compreensão preditiva dos fenômenos que analisam.

Assim, segundo Morgan (1980), diante desta grande influência dos pressupostos positivistas, os teóricos organizacionais abordam seus objetos de estudo por meio de referenciais cujas bases se fundam em pressuposições estabelecidas além da percepção consciente. A incapacidade de promover um afastamento da visão de mundo tradicional visto sua contínua afirmação e reafirmação pelos cientistas da área faz com que essas pressuposições assumam um *status* ainda mais real, mais corriqueiro e mais inquestionável. Assim, restringe-se a análise organizacional nos mais agudos termos, limitando-a em uma base científica cujas perspectivas metateóricas são fundamentadas de forma estreita e superficial.

Em meio a este caráter predominante da ciência prevalecem as correntes teóricas que enxergam as organizações com essa mesma objetividade conferida ao mundo social, como estruturas concretas e objetivas cujas ações se resumem meramente como respostas às diversas condições objetivas do ambiente. Ou seja, analisadas através deste cunho analítico

limitador, prevalecem as ênfases naquilo que é geral e universal das organizações, ao invés de enfatizar o que é único e particular dos indivíduos que as compõem e isso mostra quanto os processos sociais e culturais que dão forma à estrutura e ao comportamento são coisificados como meras variáveis exógenas de análise (BURRELL; MORGAN, 1979; PECI, 2003).

Deste modo, pode-se caracterizar a realidade do campo dos estudos organizacionais como uma vasta proporção de teorias e pesquisas limitadas, principalmente, aos ideais de apenas um dos paradigmas sociológicos de Burrell; Morgan (1979), sendo visível o apego acidentado a ortodoxia funcionalista e a visão materialista e racional dos fatos organizacionais.

Vale ressaltar o argumento de Reed (2010) de que o núcleo teórico e ideológico dos estudos organizacionais impregnou-se do modelo racionalista de forma tão abrangente e natural, que tal influência se tornou impossível de ser detectada ou mesmo questionada. Embutido profundamente nos fundamentos epistemológicos e teóricos das perspectivas analíticas que constituem o cerne destes estudos, o racionalismo exerceu, e ainda exerce, grande presença no desenvolvimento histórico e conceitual das análises do espaço organizacional estabelecendo um modelo e uma pauta de pesquisa difíceis de serem ignorados. Assim, com a atenção voltada àquilo que é diretamente observável, as análises das organizações são submergidas em meio a uma objetividade excessiva que exerce domínio sobre qualquer teor que, de certa forma, submeta-as a uma visão mais subjetiva dos fatos.

Preceitos normativos, passíveis de questionamentos, se transformam em leis universais, objetivas, imutáveis e, conseqüentemente, inquestionáveis (REED, 2010), que acabam por reger todo o desenvolvimento científico.

Devido sua representatividade institucional, essa forma ortodoxa de pensamento tem conduzido toda a sociologia acadêmica e continua expandindo sua hegemonia nos estudos organizacionais (Vergara & Caldas, 2005). Pelo fato de ser tão dominante e concreta, os teóricos acabam por considerá-la "*taken for granted*", correta e autoevidente (BURRELL; MORGAN, 1979). Deste modo, é possível contemplar a certa tendência dos estudos em reificar o elemento "Organização" (PECI, 2003), reduzindo-o em valores meramente materialistas. Fundamentada em pressupostos raramente explicitados e não apreciados frequentemente, é possível inquirir que a Teoria das Organizações se desenvolve em bases não questionadas (MORGAN, 1980) e, embora desapercibidamente se torna sujeita à vulnerabilidade movediça dos cunhos teóricos de análises.

Aqui, cabe a ressalva do argumento de Feyerabend (1977) quanto ao poder de condução do pensamento científico imperante na sociedade. Diante do exposto, é possível

inquirir que tornou-se um dado o fato de posicionar o pensamento em concórdia aos discursos sociais vigentes e não se opor a eles. Antes, o submete à aparente "verdade" e a dissemina, o que faz dela algo ainda mais inquestionável, a ponto de parecer obrigatório. Tal argumento transparece o combate frente a tudo àquilo que não é coberto pelo discurso imperante, ou seja, parece não haver espaço para nada que não seja sustentado pelo tal. A gravidade desta concórdia é explícita no argumento de Burrell (2010). O autor argumenta que, ao voltar os olhos para trás, torna-se possível visualizar que o campo organizacional consolidou-se como um campo onde teóricos poderosos concordaram em dar pouca atenção aos problemas fundamentais ao direcionarem questões fundamentais. Deste modo, a falta de questionamento e a contínua reprodução desta herança científica transparece quão fraturada se encontra a realidade dos estudos organizacionais.

Assim, não é de se surpreender a afirmativa segundo a qual, na tentativa de proclamarem o entendimento do mundo e promoverem o "conserto" do mundo organizacional, os teóricos reduzem a dinâmica do mesmo, aprisionando-o em um sistema classificatório estático, em uma estrutura compreensível e simplificada. As conceituações da Teoria das Organizações apenas se desenvolvem como formas de reforço da estagnação da dinâmica da vida real, aprisionando a estrutura de pensamento com considerável sofisticação, como uma espécie de encarceramento, vitimando-a a ponto de se tornar um mero objeto de legenda (BURRELL, 2010).

O conceito escreve suas marcas sobre o corpo da literatura e, no processo de marcar com cortes e incisões, deixa um rastro de lesões atrás do qual todos podem seguir. Os cortes mais profundos são aqueles que deixam as maiores impressões [...] Contudo, esses magníficos cortes, em última análise, significam morte e imobilidade. No mínimo, o assunto é ferido pelos mais profundos e incisivos rótulos (BURRELL, 2010, p.441).

Pelo fato de não depreender o tamanho correto a ponto de encaixar-se nesta estrutura paralisada na qual vem sendo imobilizada, Burrell (2010) argumenta que a análise organizacional permeia em um Leito de Procusto. O reforço exacerbado de conceitos já definidos previamente desconsidera a questão de que todo o conceito inclui e também exclui; ignora e também concentra-se; obscurece e também traz aos refletores. Isto é, desconsidera-se a questão de que não há limites para os conceitos.

Diante do exposto, Burrell; Morgan (1979) chegam a questionar a legitimidade de teorias e pesquisas organizacionais contemporâneas. Os autores demonstram certa preocupação com o fato de se atribuir às organizações uma natureza essencialmente efêmera,

visto a quantidade de teorias geradas pelas análises organizacionais que não possuem relação óbvia aparente fora de seus contextos. Tal preocupação se alastra para todas as ciências sociais contemporâneas, já que prevalece o domínio de métodos de pesquisa abstraídos da diversidade de assuntos extensos que, ostensivamente, são designados a examinar e cujos resultados se limitam ao abstrato, com fim em si mesmos (MORGAN; SMIRCICH, 1980).

Tudo isso mostra quão limitadora e danosa pode ser a orientação predominante das análises organizacionais. Elencando formas de interpretações mais populares ou politicamente superiores e comuns, afirma-se que a ciência age erroneamente com a própria noção de ciência. Pouca ou mesmo nenhuma menção é oferecida ao caráter científico pluralístico, o qual considera não apenas uma única entrada possível aberta para a análise das organizações (BURRELL, 2010).

Percebe-se assim, que as forças funcionalistas persistem na determinação de pressuposições teóricas relacionadas à regulação e à objetividade, ou seja, tornaram-se lesões entalhadas no corpo da vida organizacional. Com a incrível capacidade de tradução daquilo que é de fora para seus próprios termos, as forças funcionalistas permanecem muito bem entrincheiradas, perdendo os anéis, mas garantindo sempre os dedos (VERGARA, 2010). Calçadas no determinismo e apresentadas como racionalistas e pragmáticas, buscam-se sempre orientar pelos métodos das ciências naturais nas tentativas de ordenar a realidade as quais analisam, inquirindo que tudo obedecerá à ordem social regulada do ambiente e dando pouca atenção ao papel exercido pela subjetividade humana (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Parafraseando Burrell (2010), pode-se afirmar que, assim fazendo, tais forças objetivistas acabam aprisionando, imobilizando e ferindo aquilo a que buscam se referir. Ou seja, apeando no quadro explanatório objetivista, como uma temível arma de mutilação, as análises organizacionais oferecem o fenômeno a ser explicado à execução, restringindo-o a vieses analíticos ordenados, determinados, racionalizados e regulados. E, ao mesmo tempo, abafam e ignoram os gemidos dos atores que estão por trás do fenômeno, já considerando-os como mortos.

Desta forma, como bem observado por Clegg; Hardy (2009), os estudos organizacionais têm o potencial de negligenciar o sujeito. No realizar das pesquisas à custa do mesmo, os acadêmicos obedecem a tendência em articular seus pensamentos, receios e visões de mundo de forma racional e lógica, perdendo de vista as pessoas que constituem as organizações. Na investigação das forças sociais e ambientais que atuam como determinantes

das ações organizacionais, as abordagens de análises enfatizam, primordialmente, o papel das dimensões objetivistas e quase naturais (PRATES; RODRIGUES, 2009).

Ou seja, os teóricos não se permitem lograr um certo distanciamento da visão tradicional de mundo e de seus conhecimentos prévios racionalizados acerca daquilo que analisam, já que olhar mais atentamente aos elementos subjetivos requer novas pressuposições, novas teorias, e árdua é a separação entre a razão e o psiquismo humano (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Embora houvesse um tímido início de mudança, diante dos questionamentos de âmbito cultural e das evidenciações das dimensões mais qualitativas do mundo organizativo (PECI, 2003), as críticas não foram suficientes para romper o paradigma racional instrumental dominante (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Nenhuma das teorias que se propuseram a ressuscitar o sujeito nas análises organizacionais o fez com alto grau de confiança. Quando tais temas chegam à notória, as discussões são feitas por terminologias genéricas e teóricas que as tornam incapazes de beneficiar o sujeito. Ao mesmo tempo em que clamam, marginalizam o mesmo. Ao mesmo tempo em que lutam por fazê-lo transparecer, desbotam-no. Assim, encapsuladas e homogeneizadas por estas suposições tenras, as vozes dos sujeitos e sua individualidade permanecem no som do silêncio e são pronunciados como mortos (CLEGG; HARDY, 2009).

CLEGG; HARDY (2009) argumentam que tal realidade faz com que essas teorias não se diferenciem totalmente do positivismo contra o qual resistem. Assim como o mesmo, elas marginalizam e silenciam o sujeito de quem falam, reduzindo-o a estatísticas ou incluindo-o em contextos nos quais o mesmo não é capaz de falar por si mesmo. Isto é, um contexto que garante ao sujeito um *status* de pouco mais que um boneco de ventrículo.

Em meio a esta argumentação, cabe aqui a consideração que, embora evidenciadas as dimensões mais qualitativas da ciência e a suposta influência destas na mudança do cenário organizacional, dominado até então pelo empirismo abstraído e baseado em métodos quantitativos de pesquisas, é visível outro foco de ameaça que aparece gingando como pêndulo. Há uma tendência de um domínio empirista novamente abstraído baseado agora nesses métodos qualitativos. Isto é, existe uma tendência perigosa de que o empirismo quantitativo e objetivo, que demarcou uma época dos estudos organizacionais, seja apenas substituído por outro (MORGAN; SMIRCICH, 1980).

Assim sendo, a verdade seja dita: ao se apegar a esse foco objetivo de análise, em que ao mesmo tempo em que ressuscita emudece o sujeito, ignora-se o fato de que a organização, composta por indivíduos, é um sistema cujos preceitos são de muita complexidade. A adoção

de uma postura que afasta estes indivíduos para as margens das análises organizacionais é o mesmo que defender o incompleto.

Clegg; Hardy (2009) afirmam que o corpo do sujeito pode até oscilar, flutuar ou mesmo desaparecer de vista no ciberespaço analítico, porém quem esse indivíduo passa a ser e o que ele poderia ser não pode ser descolorido. Os autores afirmam que os sinais da identidade dos indivíduos requerem contemplação. Considerá-los como seres lógicos e racionais posicionados como meros recipientes de determinantes ambientais (SILVA; VERGARA, 2003) é o mesmo que tapar os olhos perante a verdadeira análise organizacional, é negar a essência da representação humana em cada ação organizacional. Isto é, estudar as organizações apoiando-se, principalmente, em conceituações objetivas é não se importar com a amplitude e completude das pesquisas, é se contentar com apenas um quadrante científico, físico, tático e incompleto. Mozzato; Grzybovski (2011) afirmam que o mundo está a cada dia mais fragmentado e incerto e não está em consonância com o desejo de ordem que propõe a ortodoxia funcionalista.

Ressalte-se aqui que o modo como a vida organizacional é constituída tem muitas dimensões inconscientes. Lamentações, ansiedade, frustrações, tédio e desespero são partes de toda a criação social e expressões individuais da vida organizacional. Desta forma, muitos fenômenos organizativos possuem explicações advindas do âmbito não racional. Interpretar dados, tomar decisões, persuadir, lutar, resistir e sobreviver, é mais do que um conjunto de respostas automáticas passíveis de análise objetiva, são fenômenos sentidos e formados por sentimentos (FINEMAN, 2009).

Em suma, pode-se dizer que existem muitos caminhos para a reconexão com os habitantes das organizações. Ao mesmo tempo em que a maioria das pesquisas convive com o risco de perder o sujeito de vista, elas também são potenciais para realizarem o mesmo. Ao acreditar que nada pode ser feito e que não é possível iniciar a diferença é o mesmo que se acorrentar às ideias e deixar com que os controladores determinem o modo comum de analisar o mundo organizativo. Ou seja, é permitir a própria condução à tirania intelectual (CLEGG; HARDY, 2009).

Deste modo, caberia agora a adoção de um comportamento resistente a essa tirania, propiciando medidas capazes de reverter este caos científico, revendo as bases em que as prioridades de pesquisa devem se assentar (PRATES; RODRIGUES, 2009). Devido à representatividade que o indivíduo exerce no âmbito organizacional, deve-se sempre procurar priorizar os elementos subjetivos da análise organizacional, atribuindo valor àquilo que não é observado diretamente. Teorizar sobre as organizações não significa se apegar somente ao

concreto e racional, como fazem as perspectivas predominantes, mas sim abraçar outros quadros de referência e buscar analisar uma parte do que subjaz aos atores e às ações organizacionais. Assim, vale enfatizar que o emprego de critérios alternativos de pesquisa não exclui a utilização de rotas tradicionais, mas, antes, pressupõe superá-las por meio de uma postura científica diferenciada, mais reflexiva, mais crítica e com menor teor de rigidez e intransigência (MELO, 2008; VERGARA, 2010).

Afinal, apresentando-se como uma carga culta do século XX, os modos de pesquisas tradicionais, ligados à racionalidade e à objetividade, foram notadamente bem sucedidos, porém vislumbra-se, mais do que nunca, a necessidade de enfatizar outras narrativas e outras epistemologias científicas (Burrell, 2010). Torna-se necessário reafirmar as bases subjetivistas das análises organizacionais estabelecendo-as não como meras realidades de pesquisas alternativas comprimidas pelo objetivismo analítico predominante, mas como detentoras de conceitos, ideias e visões que devem ser mais debatidas para a real compreensão do comportamento organizativo.

Ressalta-se ainda a necessidade de maior ênfase nas realidades alternativas às dominantes, isto é, um desenvolvimento em termos paradigmáticos que atribui ao indivíduo um papel efetivo de ator social e não como mero sujeito da ciência e do mundo (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Cabe ainda, uma maior atenção à psique humana, considerando-a como requisito fundamental para o entendimento da forma como os indivíduos criam, modificam e interpretam o mundo e a realidade na qual se inserem.

De forma geral, sabe-se que a utilização de uma perspectiva mais cognitiva para um melhor entendimento das crenças individuais que circundam os habitantes das organizações é uma forma de fornecer melhores explicações para ações e comportamentos em nível organizacional (TENBRUNSEL et al., 2009). Ilgen; Klein (1988) enaltecem um princípio que estabelece que o que as pessoas pensam e seus próprios pensamentos desempenham um papel chave no comportamento que adotam.

Parafraseando novamente, Burrell; Morgan (1979), urge como necessário um olhar mais profundo nas análises organizacionais, até mesmo porque, segundo ressalva de Bastos; Borges-Andrade (2009), a dimensão subjetiva existe mesmo nos aspectos mais tangíveis da vida organizacional. Cabe aos teóricos um maior empenho na adoção de metodologias ideográficas de pesquisa, fundamentando-se na ideia de que só é possível compreender um mundo social enfatizando também as abordagens subjetivas de análise, das quais é possível filtrar um conhecimento de primeira mão e não um conhecimento subordinado a um rigor científico formulador de hipóteses (BURRELL; MORGAN, 1979).

Enfim, para resistir à tirania intelectual que permeia o olhar científico dos fenômenos organizacionais, cabe aos teóricos analisá-los por meio de critérios mais libertos dos ideais objetivistas já estabelecidos pela ciência, critérios capazes de "ressuscitar o sujeito, levar vida de volta àqueles lábios pálidos, perturbar o estado de sonolência que parece morte, destruir as garrafas metafóricas de formaldeído analítico" (CLEGG; HARDY, 2009, p.328).

### **Considerações Finais**

O objetivo deste artigo foi explorar o escopo analítico dos paradigmas sociológicos de Burrell; Morgan (1979) na análise organizacional com o intuito de tecer uma crítica relativa à ortodoxia objetivista que permeia o campo dos estudos organizacionais. A justificativa para este enfoque se deu pelo fato de que o *status* científico do campo dos estudos organizacionais, assim como de outras disciplinas das Ciências Sociais, transparece uma situação não muito semelhante ao que propuseram Burrell; Morgan (1979). Sabe-se que quando propuseram o desenvolvimento do modelo de categorização paradigmática, os autores atribuíram ênfase na possibilidade de diferentes paradigmas serem utilizados para a análise de uma vasta gama de teorias sociais, inclusive, para análise dos fatos e dos fenômenos organizacionais.

Todavia, a realidade científica no campo dos estudos organizacionais testemunha uma vasta gama de teorias e pesquisas sendo organizadas e fundamentadas, principalmente, nos contornos de apenas um dos quatro paradigmas sociológicos, sendo visível o apego acidentado a ortodoxia funcionalista e a visão materialista e racional dos fatos organizacionais.

Isso significa dizer que, na busca pela compreensão dos fenômenos e fatos organizacionais, as explicações são advindas, principalmente, de um mesmo conjunto de pressuposições metateóricas. Com a atenção voltada àquilo que é diretamente observável, as análises das organizações estão submersas em uma objetividade excessiva que exerce domínio sobre qualquer teor que, de certa forma, submeta-as a uma visão mais subjetiva dos fatos. Nesta realidade, o papel representado pelo sujeito é algo que não é tão explorado pelas pesquisas, algo pouco conversado. Estando assim, presas no objetivismo extremado característico da vertente predominante, não há dúvidas de que as análises organizacionais vêm sendo restringidas nos mais agudos termos.

Considerando a hegemonia exercida pela abordagem objetivista no campo dos estudos organizacionais e a necessidade de uma visão científica mais liberta da razão, este estudo propôs a revisitação do escopo analítico dos quatro quadrantes paradigmáticos desenvolvidos

por Burrell; Morgan (1979) – os quais propiciam modos alternativos de desenvolvimento científico para a análise organizacional – como forma de ancorar a sua crítica relativa à ortodoxia objetivista que permeia o campo dos estudos organizacionais. Contextualizando as bases nas quais repousam os modelos de análises imperantes no campo dos estudos organizacionais, a proposta do estudo é deixar explícita a fragilidade e a parcialidade das análises dominantes e a forma como o desconhecimento da diversidade paradigmática tem aprisionado e limitado o desenvolvimento dos estudos organizacionais.

De maneira geral, os resultados deste estudo denunciam a necessidade de um maior empenho na adoção de metodologias ideográficas de pesquisa, considerando a ideia de que só é possível compreender o mundo social em sua completude quando as abordagens subjetivas de análise são consideradas e a figura do sujeito resgatada nas tentativas de compreensão dos fenômenos que marcam a realidade das organizações.

Em suma, aprofundando-se nessa discussão e promovendo o direcionamento científico para uma visão mais liberta da objetividade e da razão, este estudo contribuiu para firmar as bases subjetivistas das análises organizacionais, estabelecendo-as não como meras realidades de pesquisas alternativas comprimidas pelo objetivismo analítico predominante, mas como detentoras de conceitos, ideias e visões que devem ser considerados para a real compreensão do comportamento organizativo.

## **Referências Bibliográficas**

ASTLEY, W.G.; VAN de VEN, A.H. Central Perspectives and debates in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, 28(2), 245-273, 1983.

BASTOS, A.V.B.; BORGES-ANDRADE, J.E. Nota técnica: cognição e ação: o ator ocupa a cena nos estudos organizacionais. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2009, v.3, 69-76.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2009, v.1, 437-460.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis. London: Heinemann Educational Books, 1979, 432 p.

CALDAS, M.P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 45(2), 46-51, abr./jun, 2005.

CLEGG, S.R.; HARDY, C. Conclusão: representação. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2009, v.2, 295-343.

FEYERABEND, P. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, 488 p.

FINEMAN, S. A emoção e o processo de organizar. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2009. v.2. Cap.9, p.157-189.

FITCHE, J.G. The science of knowledge. London: Trübner & Co., 1889, 377 p.

ILGEN, D.R.; KLEIN, H.J. Organizational behavior. Annual Review of Psychology, Palo Alto, v.40, 327-351, 1988.

LIMA, L.A. A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, 15(2), 198-208, mar./abr, 2011.

MELO, D.R.A. A questão do método e a pluralidade metodológica em estudos organizacionais. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 5, 2008, Resende. Anais... Resende: UFAM.

MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. Administrative Science Quarterly, Ithaca, 25(4), 605-622, Dec, 1980.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. Academy of Management Review, Ada, 5(4), 491-500, Oct, 1980.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. Desenvolvimento paradigmático da teoria das organizações: uma abordagem crítica e a concepção de indivíduo na perspectiva emancipatória. In: Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 1, 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC.

PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 43(1), 24-35, jan/fev/mar, 2003.

PRATES, A.A.P.; RODRIGUES, S.B. Nota técnica: representações - a importância do sujeito na teoria organizacional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, v.2, 344-352, 2009.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: Sartre, J. Being and nothingness: the complete text. New York: Washington Square Press, 1966, 812 p.

SILVA, J. R. G.; VERGARA, S. C. Sentimentos, subjetividade e supostas resistências à mudança organizacional. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 43(3), 10-21, jul/set, 2003.

SILVA, M.R.A. A abordagem paradigmática sociológica e os pressupostos das finanças organizacionais. In: Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 7., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Convibra.

TENBRUNSEL, A.E. et al. Cognições em organizações. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais. São Paulo: Atlas, 2009, v.3, 33-68.

VERGARA, S.C. Nota técnica: ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogias da análise. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2009, v.1, 461-463.

VERGARA, S.C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 45(4), 66-72, out/dez, 2005.